

Observatório da Oposição

2 DE SETEMBRO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 63

FAT

Fundo de Amparo

**Governo Petista Facilita
Acesso dos Sindicatos a
Bilhões do FAT: Trabalhadores
Ficam de Lado**

**MARCOS
ROGÉRIO**
SENADOR

SENADOR MARCOS ROGÉRIO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61)
3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

Página

Governo Petista Facilita Acesso dos Sindicatos a Bilhões do FAT: Trabalhadores Ficam de Lado

1

Transição Energética ou Demagogia Energética? Novo plano apresentado pelo governo trata quase exclusivamente de intervenções em Petróleo e Gás

8

Governo Lula Aumenta Gastos com Propaganda: Milhões para Promover Agenda Petista

13

2

ECONOMIA

Orçamento Desastroso: Governo Aumenta Impostos e Afunda Contas Públicas

17

3

MEIO AMBIENTE

Governo Lula é Responsável pela Maior Queimada dos Biomas Brasileiros em 20 Anos

21

4

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Governo Lula Silencia Sobre Fraudes na Venezuela: O Que Estão Tentando Esconder?

24

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



POLÍTICA

Governo Petista Facilita Acesso dos Sindicatos a Bilhões do FAT: Trabalhadores Ficam de Lado

O governo Lula tem concedido cada vez mais poder e acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) aos sindicatos, deixando os trabalhadores em segundo plano. Essa manobra favorece entidades sindicais em detrimento de políticas que realmente beneficiariam a massa trabalhadora, levantando questionamentos sobre as verdadeiras intenções por trás dessa gestão do fundo.

Síntese

- Criado em 1975 e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) oferece serviços como encaminhamento para empregos, habilitação ao seguro-desemprego e emissão da Carteira de Trabalho, com mais de 1.500 postos de atendimento no Brasil.



- A Resolução CODEFAT/MTE nº 1008/2024 propõe que sindicatos gerenciem unidades do SINE por dois anos a partir de 2025, no âmbito do projeto "Casa do Trabalhador", que inclui pretensa modernização com laboratórios de informática e unidades móveis.
- Todavia, a lei que estabelece o SINE (Lei nº 13.667/2018) determina que a gestão e operação do sistema é de competência do Ministério do Trabalho e secretarias estaduais e municipais, não incluindo sindicatos ou entidades da sociedade civil.
- Ademais, destaca-se que o SINE tem apresentado baixa efetividade em seus serviços, os quais foram suplantados pela digitalização de serviços (p.ex. concessão virtual do seguro-desemprego e a CTPS Digital).
- Em síntese, acreditamos que a proposta de permitir que sindicatos gerenciem o SINE tem como objetivo a transferência de recursos do FAT para essas entidades (R\$ 107 bilhões em 2024), sem oferecer benefícios reais aos trabalhadores.

Contextualização

- O Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado em 1975 com base na [Convenção nº 88 da OIT](#), é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para [oferecer serviços](#) como encaminhamento para empregos, habilitação ao seguro-desemprego, emissão da Carteira de Trabalho, orientação profissional e apoio ao empreendedorismo.
- Desde a criação do Programa do Seguro-Desemprego, o SINE se expandiu para mais de 1.500 postos de atendimento no Brasil. A gestão do SINE é compartilhada pelo Ministério do Trabalho e órgãos dos entes governamentais partícipes, conforme previsto no [art. 3º da Lei nº 13.667 de 2018](#). Atualmente, as unidades são implantadas e operadas pelas secretarias de trabalho estaduais e municipais.
- No entanto, a [Resolução CODEFAT/MTE nº 1008 de 2024](#) propõe um piloto, sem previsão legal via Congresso Nacional, permitindo que sindicatos gerenciem unidades do SINE por dois anos a partir de 2025, no âmbito do projeto "Casa do Trabalhador" ([Resolução CODEFAT nº 990, de 13 de dezembro de 2023](#)), que inclui modernização com laboratórios de informática e unidades móveis, financiados por emendas parlamentares e o FAT.

Análise

- Avalia-se a proposta relacionada ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), destacando a aparente incompatibilidade dos sindicatos com a gestão do SINE conforme a Lei nº 13.667 de 2018. O texto analisa também a ineficácia do SINE em encaminhamento de empregos e habilitação ao seguro-desemprego, destacando a superioridade das soluções digitais, a desnecessidade de agências para distribuição de carteira de trabalho física e a falha na integração e eficácia dos serviços de orientação e apoio ao empreendedorismo. Finalmente, refuta a relevância atual de laboratórios de informática e unidades móveis, sugerindo que recursos devem ser melhor alocados em tecnologias e serviços já estabelecidos.

Incompatibilidade com o preconizado pela Lei nº 13.667 de 2018

- Com base nos Artigos 3º e 4º, os sindicatos não podem operar unidades do Sine. O Art. 3º estabelece que o Sine será gerido e financiado pelo Ministério do Trabalho, em conjunto com órgãos específicos integrados à estrutura administrativa das **esferas de governo** que participem do sistema. Isso significa que a gestão e execução das ações e serviços do Sine são restritas a essas entidades governamentais, excluindo sindicatos dessa função.
- Além disso, o Art. 4º define que as unidades de atendimento do Sine são as Superintendências Regionais do Trabalho e outras unidades implantadas por instituições federais autorizadas pelo Codefat, ou pelas **esferas de governo** que integrem o Sine. Embora o § 1º do Art. 4º permita que o Codefat autorize outras unidades para atendimento do Sine, essa autorização ainda deve respeitar a estrutura administrativa prevista na lei, **que não inclui sindicatos ou outras entidades da sociedade civil.**
- Nesse sentido, entende-se que a autorização concedida pelo Codefat é desprovida de competência legal (*ultra vires*), usurpa competência do Congresso Nacional e merece perecer se não passar por procedimento legislativo apropriado.

Encaminhamento para empregos

- Sobre a atuação do Sistema Nacional de Empregos (SINE) no encaminhamento para empregos, identificamos problemas crônicos em termos de efetividade. Conforme apontado no [Acórdão TCU de nº 1756/2020 - PLENÁRIO](#), **apenas 3,4% dos trabalhadores no mercado de trabalho entre janeiro de 2016 e junho de 2018 foram alocados por meio da rede SINE**, o que consideramos um resultado pífio.

- Cabe mencionar que quando foi instituída e ratificada pelo Brasil a Convenção nº 88 da OIT não havia internet e outras tecnologias de comunicação amplamente utilizadas no momento.
- Nesse sentido, essa atividade de agências públicas de recrutamento foi quase completamente suplantada no Brasil pelo uso de sites de empregos online, aplicativos especializados, bancos de emprego, redes sociais, entre outros mecanismos estabelecidos nas últimas décadas.

Habilitação ao seguro-desemprego

- Sobre a habilitação ao seguro-desemprego, com o processo de transformação digital implementado pelo governo Jair Bolsonaro e acelerado pela pandemia, essa atividade hoje pode ser resolvida totalmente pela internet, por [meio web](#) ou mesmo pelo aplicativo [Sine-Fácil](#).
- Portanto, apenas excepcionalmente o atendimento se dará por agendamento nas Superintendências Regionais do Trabalho ou agências do trabalho.
- De acordo com dados obtidos no [Painel de Informações do Seguro-Desemprego](#), em julho de 2024, **quase 80% dos pedidos e habilitações foram procedidos por meio digital**. Esse número cresce com a adoção da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital), que facilita a habilitação automática de direitos trabalhistas.

Emissão de Carteira de Trabalho

- Da mesma forma, a emissão da Carteira de Trabalho física se torna desnecessária devido à agilidade e aos benefícios da Carteira de Trabalho Digital.
- A CTPS Digital atualiza registros de novos empregos em até 48 horas, permite correções e é emitida de forma imediata e gratuita, eliminando a necessidade de postos de atendimento para esse fim.
- Desde sua criação em 2019, a CTPS Digital alcançou mais de 2 bilhões de acessos, sendo 685,2 milhões em 2023 e 185 milhões nos primeiros três meses de 2024, [totalizando 74,3 milhões de trabalhadores habilitados](#).
- A Tabela 1 ilustra de forma inequívoca a tendência de obsolescência da CTPS física: em 2023, foram registradas 14.235.281 emissões de CTPS Digitais, em contraste com apenas 186 emissões de CTPS Físicas.

Tabela 1. Carteira de Trabalho: Comparativo de Emissões Digital x Físico (2019-2024).

Carteira de Trabalho		
Comparativo Digital X Físico 2019-2024		
Ano	CTPS Digital Habilitada (App)	CTPS Física (Caderneta)
2019	2.162.044	4.832.752
2020	18.501.181	552.329
2021	16.043.442	12.351
2022	19.666.773	3.211
2023	14.235.281	186
2024	6.706.893	22

Fonte: [Relatório Carteira de Trabalho - MTE.](#)

- Desse modo, mesmo considerando uma ação residual baseada no papel (CTPS física), não nos parece fazer sentido a ampliação de uma rede atendimento física voltada para esse fim, tendo em vista a difusão e melhor resultado da solução digital.

Orientação profissional e Apoio ao empreendedorismo

- De acordo com [cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego](#), a orientação profissional consiste na escolha e progresso da carreira, considerando o mercado de trabalho, talentos, aptidões pessoais e desenvolvimento intelectual.
- O [Acórdão TCU nº 1756/2020](#) aponta a falta de articulação entre serviços essenciais nas agências do SINE, resultando em deficiências na orientação vocacional, qualificação e apoio ao empreendedorismo. Nesse contexto, a ausência de mapeamento das causas de rejeição de candidatos compromete a eficácia dos postos do SINE no planejamento de carreiras.

- Salientamos ainda dos resultados que apenas 16% das agências ofereciam informações sobre microcrédito e 84% não tinham parcerias com o Sebrae para qualificação empreendedora.
- Em síntese, os resultados demonstram que o trabalhador estaria se fosse direcionado a entidades especializadas nos temas em questão, como o SEBRAE, outras entidades do sistema S e institutos ligados à indústria e ao comércio.
- Ademais, entendemos que os sindicatos, pela sua natureza precípua de representação, não possuem expertise e histórico de atuação nesses campos, o que redundaria em insucesso similar ao observado nos postos da rede SINE.

Laboratórios de informática

- A introdução de laboratórios de informática como ferramentas modernizantes e educativas reflete uma perspectiva que predominou nas décadas de 1990 e 2000. Exemplos notáveis dessa abordagem incluem os telecentros e as iniciativas de inclusão digital promovidas por programas como o "Telecentros Brasil".
- A expansão da internet e a assimilação ampla de dispositivos de tecnologia da informação pela população tornaram essas políticas obsoletas, como evidenciado pela evolução das iniciativas voltadas para inclusão digital e educação online.
- Para abordar a questão formativa, à luz dos aprendizados obtidos com essas primeiras experiências, seria mais eficaz promover a expansão da internet e a distribuição de dispositivos de TIC, iniciativas contempladas por programas governamentais já estabelecidos.
- Essas medidas permitiriam que trabalhadores desempregados acessassem cursos e formações diretamente de suas residências. Além disso, entidades do sistema S e outras organizações que recebem subvenções públicas oferecem estruturas educacionais dessa natureza.
- Nesse sentido, destinar recursos do FAT a sindicatos para atividades redundantes não seria uma forma otimizada de utilizar a infraestrutura e expertise já existente.

Autoatendimento orientado e Unidades móveis para atendimento

- As propostas de modernização estão indo na direção oposta à digitalização, que é mais econômica e eficiente. Os dados governamentais comprovam que as demandas trabalhistas são melhor atendidas por soluções tecnológicas, tornando a reintegração de intermediários desnecessária e onerosa.
- Neste contexto, é difícil ver benefícios reais para os trabalhadores, que terão que arcar com serviços caros, ineficazes e desnecessários. Manter métodos obsoletos, em vez de consolidar o uso de soluções digitais mais adequadas e eficientes, apenas aumenta os custos e a carga administrativa sobre os trabalhadores.

Conclusão

- A proposta do programa piloto, conforme as atividades iniciais do SINE e as diretrizes da [Resolução CODEFAT/MTE nº 1008/2024](#), carece de justificativa prática, econômica e social. Não há benefícios claros para os trabalhadores, mas há estímulos evidentes aos sindicatos, que passariam a ter acesso a recursos vultosos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, estimados na ordem de [estimados em R\\$ 107 bilhões](#) para 2024.
- Em outras palavras, é um esquema que transfere recursos obrigatórios para os sindicatos, disfarçado como fornecimento de serviços desnecessários ou que já são realizados de forma mais eficiente por outras entidades e pela tecnologia desenvolvida pelo governo.
- Desde a chegada do novo governo petista, houve um aumento das tentativas e ideias para socorrer os sindicatos, em resposta à [queda da taxa de sindicalização para 8,4% em 2023](#), após a eliminação da obrigatoriedade do imposto sindical. Esse declínio já ocorria antes mesmo da modernização trabalhista e reflete a desvalorização dos serviços sindicais pelos trabalhadores e a desconexão entre os interesses sindicais e dos trabalhadores.
- A abordagem proposta pela resolução, além de usurpar competência do Congresso Nacional, cria intermediários desnecessários e desvia recursos que poderiam ser usados de forma mais eficaz para apoiar diretamente os trabalhadores. Alternativamente, esses recolhimentos poderiam ser reduzidos ou eliminados temporariamente, aliviando trabalhadores e empresas.

Transição Energética ou Demagogia Energética? Novo plano apresentado pelo governo trata quase exclusivamente de intervenções em Petróleo e Gás.

O governo Lula apresentou um plano de transição energética que, na verdade, é uma intervenção disfarçada no setor de petróleo e gás. Essa ação levanta dúvidas sobre as verdadeiras intenções do governo, indicando que o discurso de transição energética está sendo usado para justificar mudanças unilaterais em contratos e negócios existentes, comprometendo a segurança jurídica e o ambiente de negócios no Brasil.

Síntese

- A pretensa política de transição energética no Brasil é caracterizada pelo foco predominante em intervenções no setor de petróleo e gás, o que nos parece ser uma conduta contraditória.
- Identificamos modificações que comprometem a segurança jurídica e os investimentos no país, como o poder conferido à ANP para controlar a construção e o licenciamento de instalações de gás natural; e a alteração unilateral da quantidade de gás a ser reinjetado nas plataformas de petróleo.



- Ademais, observa-se o recrudescimento da abordagem intervencionista do atual governo, em especial, na revogação da venda de ativos da Petrobras e incentivos fiscais para a indústria naval.

Contextualização

- O governo apresentou cinco propostas para modificar o setor energético, incluindo a revogação do Decreto 9.928/2019, que criava o Comitê Técnico Integrado, e a alteração do Decreto 10.712/2021, que regula o transporte e comercialização de gás natural.
- Também enviou ao Congresso uma Medida Provisória para permitir depreciação acelerada de navios-tanques e aumentar investimentos em logística.
- Por fim, constam ainda dois Projetos de Lei: um para transferir excedentes de conteúdo local entre contratos e outro para criar uma nova modalidade do Auxílio Gás.

Análise

- A nova política apresentada prioriza mudanças no setor de petróleo e gás, revelando um caráter demagógico no anúncio, tendo em vista que, na prática, se configura como uma intervenção disfarçada nesse setor.

"A minha impressão é que o decreto ficou muito amplo, abrangente, com viés muito intervencionista, e acho que vai trazer muita incerteza e insegurança jurídica, porque afronta os princípios da Lei do Gás. Qualquer resultado sobre os preços só pode acontecer no muito longo prazo".

[Edmar Almeida, Professor do Instituto de Energia da PUC-Rio, em entrevista ao "Uol".](#)

"A impressão que dá é que o decreto cheira a uma nova lei para o setor, mas com defeitos"

[Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura \(CBIE\), em entrevista para a Folha de São Paulo.](#)

- Para mencionar exemplos, a nova proposta confere à ANP o poder de decidir sobre a construção e licenciamento de instalações de gás natural, além de controlar a quantidade de gás que pode ser reinjetada nos poços de petróleo.
- Atualmente, qualquer investidor pode solicitar autorização para construir essas instalações, mas a proposta altera esse cenário ao permitir que a ANP determine onde elas devem ser localizadas.

"O que foi proposto é que o governo vai definir toda a cadeia e infraestrutura de gás. Isso não é viável. Deveria ser apenas indicativo. As empresas não vão gastar dinheiro para realizar estudos geológicos para depois ter que vencer licitações em leilão e outro concorrente pegar o projeto dele".

[Edmar Almeida, Professor do Instituto de Energia da PUC-Rio, em entrevista ao "Uol".](#)

"O decreto tem força de lei, mas ele não pode mudar a lei. O que acontece é que vão ter leituras que vão ser feitas no sentido de dizer, olha, a lei aqui previa alguns princípios e o decreto na real está dando efetividade a esses princípios. Eu acho que essa discussão é uma discussão que tem potencial para dar muito pano pra manga".

[Alexandre Calmon, sócio da área de Energia e Recursos Naturais do Campos Mello Advogados em cooperação com o DLA Piper, em entrevista para o Broadcast.](#)

- A proposta também permite à ANP alterar contratos sobre a quantidade de gás reinjetado nos poços, o que pode reduzir a sua capacidade produtiva, tendo em vista que o gás é crucial para acelerar a extração de óleo.

"Isso é muito estranho, porque o plano de desenvolvimento de cada poço é aprovado pela ANP, para só então ser colocado em prática pelas empresas, que fazem investimentos elevados. O decreto diz que a ANP poderá mudar de ideia e forçar uma redução da reinjeção. O custo será altíssimo, porque cada plataforma é feita sob medida e pode custar até US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 27,5 bilhões)".

[Edmar Almeida, Professor do Instituto de Energia da PUC-Rio, em entrevista ao "Uol".](#)

- Além disso, o setor e o governo reconhecem que há falta de infraestrutura básica para viabilizar a ampliação do fornecimento de gás tal como proposto (ex.: como navios e unidades de processamento de gás natural), tornando inviável o atendimento da estratégia do governo nos próximos três anos. Em suma, é uma proposta que compromete a segurança jurídica e, aparentemente, inexecutável no médio prazo.
- A decisão do governo de [extinguir a política de venda de ativos da Petrobras](#) e revogar o Comitê Técnico Integrado é preocupante. Ao cancelar o processo de desinvestimento e considerar a recompra de ativos, o governo se afasta de uma estratégia de otimização e eficiência da estatal.
- Entre os investimentos deficitários que não serão alienados estão a Refinaria Abreu e Lima (Rnest/PE) e a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap/RS), além de campos e polos pouco eficientes como o Campo Papa-Terra (RJ) e o Polo Peroa (RJ). Podem também ser citados exemplos da indústria petroquímica, como a Metanor (BA). Esses ativos ineficientes estão desviando recursos que poderiam ser investidos em áreas com maior potencial, como a exploração do pré-sal.

“Nós acreditamos que a companhia deveria seguir o foco na exploração de ativos nas áreas de pré-sal e águas profundas, devido ao melhor retorno e bom histórico”.

[Citi, em nota divulgada pelo veículo "InfoMoney".](#)

- Salieta-se também outra opção paradoxal na nova política. Embora [Lula tenha recentemente criticado o custo dos incentivos e renúncias fiscais no Brasil](#), a MP publicada no âmbito da política de transição energética [amplia os benefícios fiscais ao permitir a depreciação acelerada de navios-tanques](#), com um teto limite de R\$ 1,6 bilhões.
- Os estaleiros brasileiros enfrentam problemas estruturais significativos, como alta carga tributária, custos regulatórios, falta de investimentos em P&D e inovação, e a necessidade de modernização da infraestrutura. Diante desse cenário, os incentivos fiscais por si só não são suficientes para revitalizar a indústria naval nacional.

- [Levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro do Petróleo \(IBP\)](#) revelou que, dos 48 estaleiros brasileiros mapeados, seis estão desativados e nove ativos estão sem demanda atual. Entre os estaleiros sem demanda estão os maiores do país, como o Enseada e o Atlântico Sul, que juntos têm uma capacidade de 200 mil toneladas de aço por ano, representando 40% da capacidade instalada nacional. Outros estaleiros de grande porte, como o QGI e o Brasa, também enfrentam dificuldades análogas.
- Em síntese, o conjunto da Política Nacional de Transição Energética revela-se mais um exercício de intervenção estatal no setor de petróleo e gás do que um verdadeiro avanço na transição energética. Sua essência está menos na promoção de um futuro sustentável e mais na perpetuação de um ambiente regulatório e de negócios instável no Brasil.
- A proposta não só desvia o foco das necessárias reformas no setor energético, como também retrocede ao sugerir a extinção do plano de ativos da Petrobras e o oferecimento de novos incentivos fiscais, onerando ainda mais a precária situação fiscal do país.



Governo Lula Aumenta Gastos com Propaganda: Milhões para Promover Agenda Petista

Em um momento em que o país enfrenta dificuldades econômicas, o governo Lula decidiu aumentar consideravelmente os gastos com publicidade oficial. Este aumento de despesas é visto por muitos como uma tentativa de desviar recursos públicos para promover a agenda petista, em vez de investir em áreas críticas para a população.

Síntese

- Em 2023, os gastos com publicidade da Petrobras subiram 102% ao comprarmos com 2022. A Secretaria de Comunicação da Presidência e Ministérios também apresentaram um crescimento significativo, de 59,55% no período.
- O prognóstico para 2024 é ainda mais preocupante, com um crescimento previsto de 118,84% em relação ao último ano do governo Bolsonaro, considerando os anúncios feitos até o momento.
- O crescimento acentuado de despesas com publicidade em 2023 e 2024 reacende alerta para problemas com desvios de verbas dessa rubrica, tal como foi revelado no passado pela CPI do Mensalão, CPI dos Correios, Operação Lava Jato e Operação Acrônimo.



Análise

- Em 2023, os gastos com publicidade dos principais órgãos do governo federal aumentaram em 15,21%, com destaque para a Petrobras.
- Os investimentos em publicidade da estatal petrolífera saltaram de R\$ 92 milhões em 2022 para R\$ 186 milhões em 2023, um aumento de quase 102%. A Secretaria de Comunicação da Presidência e os Ministérios também registraram um crescimento de 60%, enquanto a Itaipu Binacional teve um aumento de 43,88%.
- A Tabela 1 compara os gastos com publicidade de entes governamentais com faturas mais expressivas em 2022 e 2023.

Tabela 1. Comparativos de gastos com publicidade (2022-2023).

Entidade	Gasto com publicidade em 2022	Gasto com publicidade em 2023	Variação %
Petrobras	92.214.623	186.202.740	101,92
Secretaria de Comunicação e Ministérios	89.000.000	142.000.000	59,55
Itaipu Binacional	13.900.000	20.000.000	43,88
Caixa Econômica	308.059.561	356.809.563	15,82
BNDES	37.027.976	38.836.426	4,88
Banco do Brasil	568.912.798	533.922.676	-6,15
Total	1.109.114.958	1.277.771.405	15,21

Fonte: [BNDES](#), [Petrobras](#), [BB](#), [CEF](#), [Gazeta do Povo](#) e Poder 360^{1,2}



Perspectivas para 2024

- A previsão para 2024 indica um cenário ainda mais alarmante. A Secom anunciou um orçamento de [R\\$ 626 milhões para o ano](#). O BNDES desembolsou mais de [R\\$ 32 milhões até julho](#), quase igualando o total gasto em 2023, e, se mantida a trajetória, poderá atingir R\$ 55 milhões até o fim de 2024. A Petrobras, embora ainda não tenha divulgado seus números, provavelmente não reduzirá seus gastos em comparação a 2023. A Caixa Econômica Federal atingiu [R\\$ 204 milhões até junho](#) e poderá chegar a R\$ 409 milhões no fim do ano. O Banco do Brasil já gastou R\$ 265 milhões e realizou uma [licitação de R\\$ 750 milhões para publicidade](#). Os Correios também licitaram um contrato de publicidade de [R\\$ 380 milhões para 2024](#).
- Mantida essa trajetória, o governo federal e suas principais empresas podem chegar a um crescimento de 118,84% com despesas de publicidade, quando comparado ao último ano de governo Bolsonaro, em 2022.

Tabela 2. Comparativos de gastos com publicidade (2022-2024).

Entidade	Gasto com publicidade em 2022	Gasto com publicidade em 2024	Variação %
Secretaria de Comunicação e Ministérios	89.000.000	626.000.000	603,00
Petrobras	92.214.623	186.202.740	101,92
BNDES	37.027.976	55.557.559	50,00
Itaipu Binacional	13.900.000	20.000.000	43,88
Caixa Econômica	308.059.561	409.400.706	33,00
Banco do Brasil	568.912.798	750.000.000	32,00
Correios	-	380.000.000	
Total	1.109.114.958	2.427.161.004	118,84

Fonte: [BNDES](#), [Petrobras](#), [BB](#), [CEF](#), [Gazeta do Povo](#) e Poder 360^{1,2}

Como funcionam os esquemas de corrupção envolvendo contratos de publicidade?

- Durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, surgiram esquemas de corrupção envolvendo contratos de publicidade de estatais como Petrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.
- Esses esquemas foram revelados por operações e investigações como o "Mensalão", que expôs propinas mensais para parlamentares, e a Operação Lava Jato, que revelou a corrupção na Petrobras. A "CPI dos Correios" investigou irregularidades nos contratos dos Correios, e a "Operação Acrônimo" mostrou como as agências desviavam recursos para campanhas eleitorais.
- De forma geral, o esquema de corrupção era estruturado em três núcleos: político, operacional e financeiro. O núcleo político manipulava partidos para se aliarem ao governo por meio de propinas. O núcleo operacional, ligado ao núcleo político, coordenava a distribuição dos fundos e envolvia agências de publicidade que desviavam dinheiro público. O núcleo financeiro, por sua vez, estava associado a bancos que efetivaram as transferências dos recursos financeiros fraudulentos aos políticos envolvidos no esquema.
- O crescimento expressivo das despesas com publicidade em 2023 e 2024 acende um alerta para que evitemos a repetição dos problemas enfrentados no passado, considerando a gravidade e a extensão da corrupção relacionada a contratos publicitários durante governos petistas.





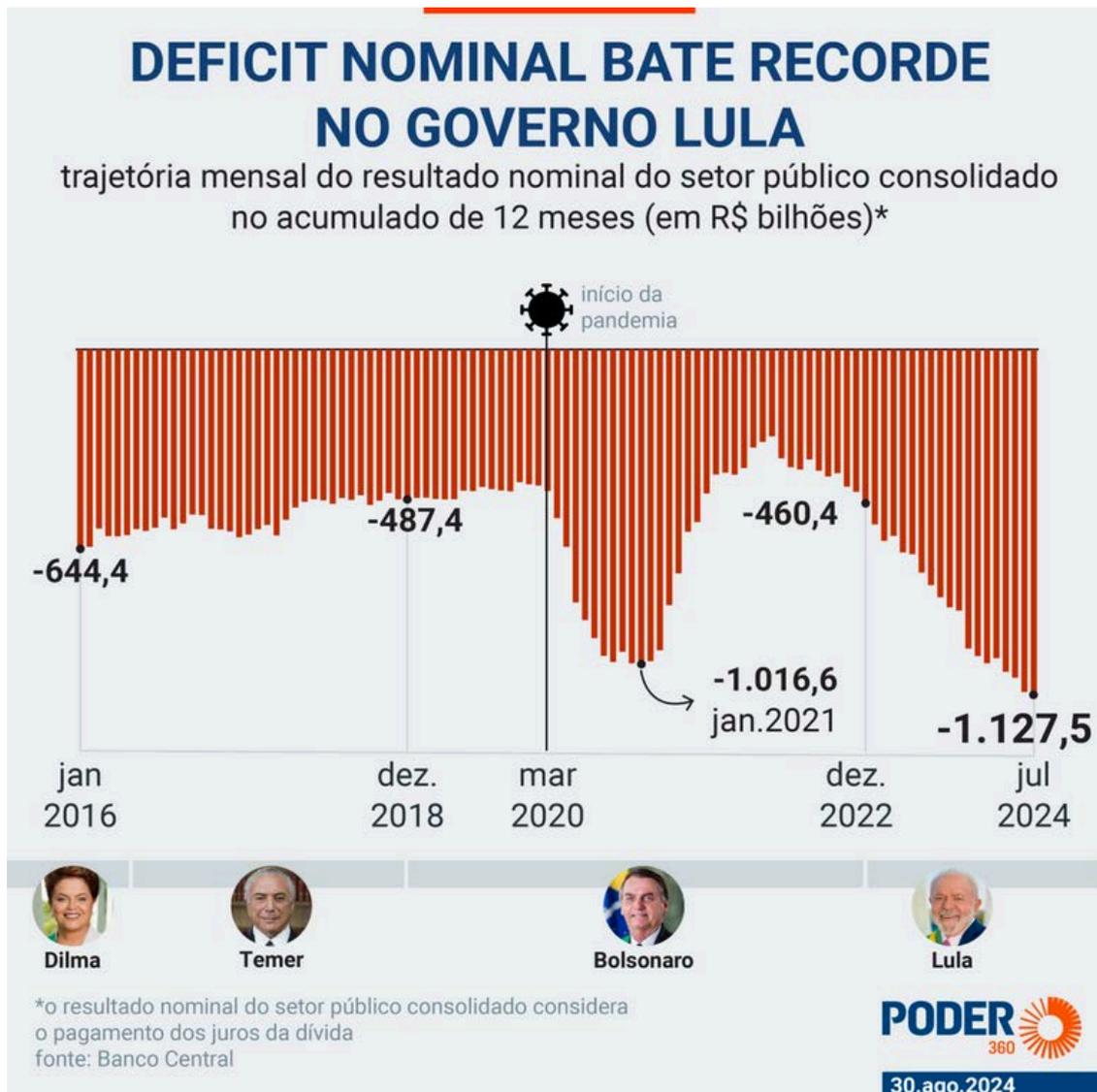
ECONOMIA

Orçamento Desastroso: Governo Aumenta Impostos e Afunda Contas Públicas

As contas públicas brasileiras estão em plena deterioração, e o governo Lula parece não ter uma solução viável. Ao invés disso, o governo continua a enviar orçamentos que não fecham e propõe aumentos na carga tributária, colocando ainda mais pressão sobre os contribuintes e aprofundando a crise fiscal do país.

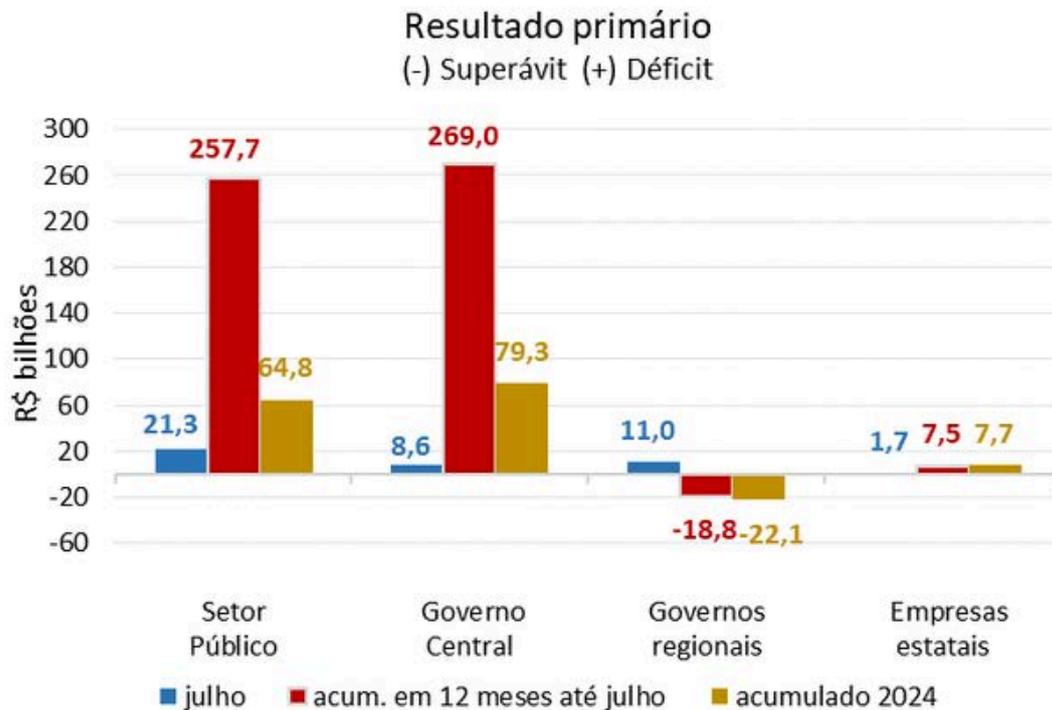
- O resultado primário de julho é de um déficit de R\$ 21,3 bilhões. O governo Lula acumula um déficit de R\$ 269 bilhões nos últimos doze meses e de quase R\$ 80 bilhões só neste ano. Em termos nominais, o déficit nominal ultrapassou o período da pandemia, como mostrado abaixo:





Fonte: [Poder360](https://poder360.com.br)

- Com isso, a dívida pública alcançou 78,5% do PIB. Isso representa uma preocupante alta de mais de 10% em 12 meses. [De acordo com o presidente do Banco Central](#), Roberto Campos Neto, a dívida pública estabilizaria em 80% em um cenário otimista. Isso significa que mesmo no cenário mais otimista, o Brasil ainda seria o país emergente com a maior dívida do mundo. Há preocupações tanto com o nível da dívida quanto com a sua velocidade de crescimento.
- As estatais continuam sendo usadas como ferramenta de aumento do gasto público. Só em julho, as estatais tiveram déficit de R\$ 1,7 bilhão, acumulando R\$ 7,5 bilhões de prejuízo só neste ano. Apesar do déficit das estatais motivado pela gestão petista, o governo projeta um acréscimo de R\$ 33,8 bilhões das empresas estatais na PLOA 2025, excluindo dividendos extraordinários da Petrobras.



Fonte: [Banco Central](#)

- A situação fiscal deteriorada não se dá pela falta de arrecadação. [Na verdade](#), julho foi um mês de recorde de arrecadação, com 9,55% de aumento em comparação com julho do ano passado. Comparando com o mesmo período do ano passado (janeiro a julho), a arrecadação subiu 9,2%.
- Notamos que o problema, portanto, é o de uma despesa que sobe muito acima da arrecadação, em claro desrespeito aos parâmetros do arcabouço fiscal.
- Mesmo observando essa situação, o Executivo não pretende mudar sua estratégia. No último dia 27/08, por exemplo, [o Ministro da Fazenda afirmou](#) que o esforço arrecadatório no segundo semestre ajudará a fechar as contas do governo.
- Sem disposição, portanto, para cortar gastos, o governo decidiu dobrar a aposta na arrecadação e encaminhar ao Congresso o PL 3.394/2024, que aumenta a tributação sobre lucros no país. A expectativa é arrecadar em 2025 cerca de R\$ 21 bilhões com [as seguintes medidas](#):
 - **Aumento** da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas de 9% para 10% - levando a carga tributária sobre o lucro de empresas para 35%;

- **Aumento** da CSLL de seguros privados de 15% para 16%;
 - **Aumento** da CSLL de bancos de 20% para 22% em 2025;
 - **Aumento** da tributação sobre Juros sobre capital próprio de 15% para 20%.
- Lembramos que esses aumentos de tributação foram propostos pelo governo e rejeitados pelo Senado na discussão sobre a compensação da desoneração da folha de pagamentos - que não está com sua transição, aprovada pelo Congresso, considerada no PLOA 2025.
 - Essa estratégia arrecadatória não é pontual. O PLOA 2025 prevê uma série de medidas para alcançar [R\\$ 166 bilhões em receitas adicionais](#) acima do que já foi aprovado desde o início do governo Lula.
 - Além do PL 3.394/24, o governo propõe um novo modelo de transação tributária que poderia render cerca de R\$ 30 bilhões. Outros 28,5 bilhões vêm do CARF, apesar de a arrecadação adicional projetada para este ano com [essa medida ter sido frustrada](#). Por fim, o governo espera obter R\$ 20 bilhões com a MP 1.227/24, parcialmente devolvida ao governo, que restringe o uso de benefícios fiscais. Os outros recursos viriam de lucros das estatais e concessões.
 - Notamos que as medidas são incertas, colocando em dúvida o resultado positivo de R\$ 3,7 bilhões previsto pelo governo. Esse resultado se deve à exclusão de cerca de R\$ 44 bilhões em precatórios da meta. Isso é agravado pelo fato de que a revisão de despesas ainda se concentra em benefícios previdenciários e no Proagro.





MEIO AMBIENTE

Governo Lula é Responsável pela Maior Queimada dos Biomas Brasileiros em 20 Anos

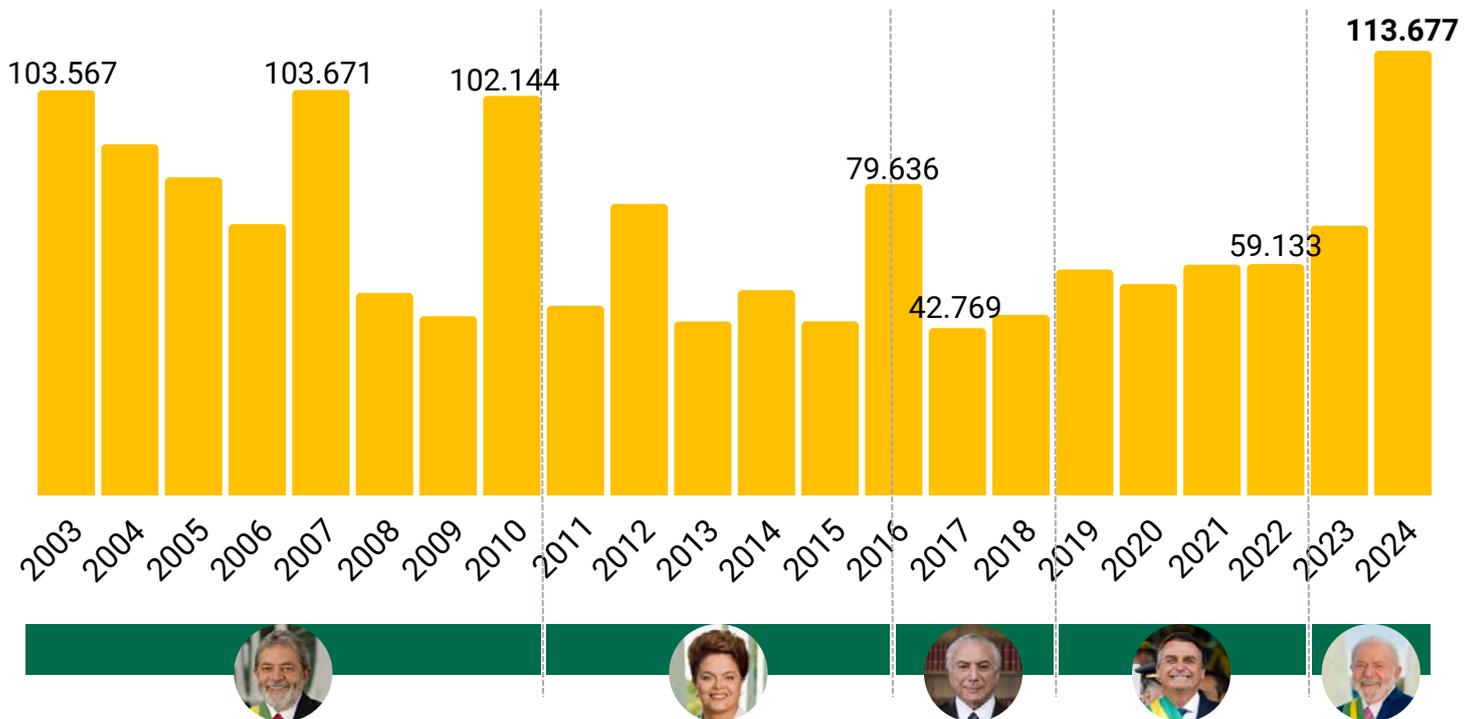
Devido à negligência e falta de planejamento e ações preventivas, o governo atinge crescimento de 65% da área queimada em relação ao mesmo período de 2023. Lula e Marina Silva seguem culpando a adversidade climática e o Agro.

- O Brasil está enfrentando um aumento alarmante das queimadas em 2024, e a resposta do governo federal tem sido marcada por negligência e falta de planejamento. A situação é ainda mais grave quando se considera que o governo, em um movimento controverso, tem transferido a responsabilidade pelo desastre para o setor agropecuário, sem apresentar provas concretas.



- O gráfico abaixo representa a área queimada (km²) por ano até julho no país. **Observa-se que o valor atingido até o momento superou todos os anos anteriores, é 65% maior que o ano passado e 92% maior que o pior resultado do governo Bolsonaro - quando houveram queimadas de 59.133 km² em 2022.**

Gráfico 1. Série histórica da area queimada (km²) no Brasil por ano até Julho:



Fonte: Observatório da Oposição, com dados do INPE.

- O presidente do IBAMA, em recente [entrevista](#), destacou uma realidade perturbadora: "Desmatamento é caro, fogo é mais barato." Essa declaração expõe uma falha crítica na estratégia do governo para enfrentar o problema. A gestão atual tem falhado em implementar medidas eficazes para prevenir e combater os incêndios florestais, evidenciando uma grave falta de preparo e investimento no setor ambiental.
- Em uma manobra política questionável, o presidente Lula e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, têm [direcionado a culpa para o setor agropecuário](#). Em vez de enfrentar a realidade da falta de investimentos e ações efetivas do governo, eles apontam para o Agro como responsável pelos incêndios. Essa abordagem não apenas desvia a atenção das falhas do governo, mas também ignora o impacto devastador de suas próprias políticas insuficientes.

- A crise de queimadas também coincide com uma crise orçamentária, onde o combate ao desmatamento e às mudanças climáticas é prioritário apenas no discurso. O [orçamento reduzido](#) para essas áreas critica a falta de um plano sério e eficaz para enfrentar a emergência ambiental que o Brasil enfrenta.
- O governo deve ser responsabilizado por sua inação e por transferir a culpa sem evidências concretas. A população brasileira merece um governo que assuma suas responsabilidades e implemente medidas reais e eficazes para proteger o meio ambiente e a saúde pública. A falta de ação e o jogo de culpas são inaceitáveis e precisam ser urgentemente corrigidos.





RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Governo Lula Silencia Sobre Fraudes na Venezuela: O Que Estão Tentando Esconder?

Em meio às denúncias de fraudes nas eleições presidenciais na Venezuela, o governo Lula adota uma postura de silêncio ensurdecedor. A falta de uma posição firme levanta suspeitas de que há algo a esconder, especialmente considerando as relações próximas entre o governo brasileiro e o regime de Nicolás Maduro.

- O Itamaraty, recentemente classificou como sigilosos, por um período de cinco anos, seis ofícios enviados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que abordam a eleição presidencial na Venezuela. Esses documentos foram colocados sob confidencialidade, o que impede o acesso público a eles até o final desse prazo.



- A decisão do Itamaraty foi uma resposta a um pedido do jornal O Globo feito com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). O jornal solicitou acesso aos comunicados enviados pelo Itamaraty ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após a divulgação de notícias de que o governo Lula havia pressionado o TSE para enviar representantes para observar o processo eleitoral na Venezuela. Apesar do convite da ditadura venezuelana para que o TSE enviasse observadores, o tribunal recusou. Essa recusa gerou críticas e pressão por parte do governo Lula, que mantém uma relação próxima com o ditador Nicolás Maduro.
- Os seis ofícios enviados pelo Itamaraty ao TSE foram originados da divisão responsável por Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela e foram rotulados como "reservados" pelo embaixador João Marcelo Galvão de Queiroz, diretor do Departamento de América do Sul do Itamaraty. Em todos os documentos, os motivos para essa classificação foram ocultados por uma tarja preta.
- Os três primeiros ofícios, enviados ao TSE entre 15 de abril e 17 de maio, durante a presidência do ministro Alexandre de Moraes, abordam temas como "observação internacional às eleições presidenciais venezuelanas", "registro eleitoral nas eleições venezuelanas" e "convite a representantes do TSE para observar as eleições presidenciais venezuelanas". Os demais ofícios, enviados entre 28 de junho e 12 de julho, já sob a gestão de Cármen Lúcia, tratam de "missões internacionais de observação eleitoral nas eleições locais", "exercício de simulação das eleições presidenciais venezuelanas" e "observação internacional às eleições presidenciais venezuelanas".



“Todo mundo já sabe o que aconteceu na Venezuela e o papel que Lula teve para garantir a manutenção de Maduro no poder. Ainda assim, o mundo precisa saber o que esses documentos dizem. Eles podem ter mais provas da fraude eleitoral e da participação lulista na trama golpista que fortaleceu a ditadura comunista venezuelana.”

[Senador Flávio Bolsonaro, na plataforma X.](#)



O embaixador Galvão de Queiroz justificou o sigilo com base na Lei de Acesso à Informação, alegando que as informações contidas nos documentos são “imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado” e, por isso, “passíveis de classificação”. Segundo o embaixador, a divulgação dos ofícios poderia “prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País”, além de expor informações que foram fornecidas em caráter confidencial por outros Estados e organismos internacionais.

- O resultado da eleição na Venezuela ainda não é reconhecido pela maior parte da comunidade internacional devido à recusa do governo Maduro em divulgar publicamente as atas com os números de cada seção eleitoral. A falta dessa transparência impede que instituições independentes, que não são controladas pelo chavismo, realizem uma verificação adequada dos resultados eleitorais.

